

RELATÓRIO E CONTAS
Exercício de 2009



FINCOR CORRETORA S.A.

1.	ÓRGÃOS SOCIAIS.....	- 3 -
2.	ACTIVIDADE EM 2009.....	- 4 -
	ACTIVIDADE	
	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	
	PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA	
	NOTAS FINAIS Error! Bookmark not defined.	
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	
3.	ANEXOS.....	- 10 -

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro

Presidente
Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho
Fernando Luis Correia da Silva
Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho

Presidente
Vogal Executivo
Vogal Executivo

Fiscal Único

Efectivo:

Deloitte & Associados, SROC, SA.

Suplente:

2. ACTIVIDADE EM 2009

O ano de 2009 foi marcado por uma forte recessão, cuja base reside numa crise financeira sem precedentes despoletada pela ruptura no mercado hipotecário Americano em 2007. O abrandamento prolongado da actividade económica global tornou-se inevitável.

As diferentes realidades e especificidades de cada país influenciaram a sua reacção à crise no ano de 2009. Nos Estados Unidos da América, o impacto negativo no Produto Interno Bruto (PIB) traduziu-se numa redução de 2,5%; na União Europeia a queda foi de 3,6%.

Várias medidas anti-crise foram levadas a cabo em todo o mundo, com especial incidência sobre a Europa e Estados Unidos da América, com o propósito reduzir a contração económica e a criação de alicerces para a recuperação. Durante o ano de 2009 as autoridades de diversos países continuaram a implementação, iniciada em 2008, de políticas monetárias acomodaticias, políticas públicas de estímulo à retoma da actividade económica, políticas de suporte ao funcionamento do sistema financeiro. A reacção das diversas economias começa lentamente a fazer-se sentir. Para 2010 e 2011 está prevista uma ligeira melhoria, entre 1% e 2% nas economias desenvolvidas e 6% nos mercados emergentes.

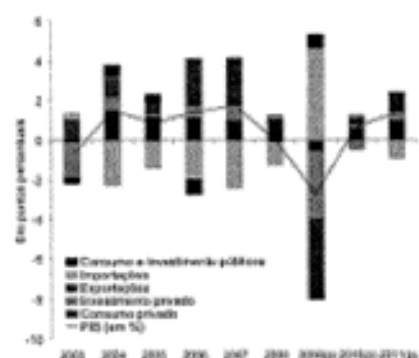
Portugal acompanhou a crise externa, sofrendo um decréscimo no PIB de 2,7%, ligeiramente superior à média da UE e 1% acima do esperado pelo Governo. No último trimestre a economia do país abrandou; no entanto, os dois anteriores deram sinais de que o fim à recessão pode estar próximo. Para além de afectado pela crise económica mundial, o país sentiu um abrandamento da procura externa com redução nas exportações – fruto do mesmo enfraquecimento económico internacional e de procura interna.

PIB EM PORTUGAL E NA ÁREA DO EURO
Taxa de variação anual



Fontes: BCE, Eurostat, INE e dados do Banco de Portugal
Nota: (g) - projetado. Os valores relativos à área do euro correspondem aos pontos médios dos trimestres de projeção publicados no Sistema Monetário de Referência do Banco Central Europeu.

DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DO PIB
Contributo para a taxa de variação anual



Fontes: INE e Banco de Portugal
Nota: (g) - projetado.

É de referir também que no último trimestre de 2009 se verificou um reforço da procura externa líquida, com alguma recuperação das exportações, a par de uma atenuação do contributo negativo da procura interna.

Tal, pode ser visto como um indicativo de melhoria para o país.

Para 2010 espera-se um ligeiro crescimento do PIB, por volta dos 0,7%, e de uma retoma dos níveis da procura externa e interna. Esta última, continuará condicionada pelo mercado de trabalho (que apresenta níveis históricos de desemprego) e pelas fragilidades estruturais portuguesas.

PROJECCÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2009-2011

Taxa de variação, em percentagem

	Pesos 2008	BE Inverno 2009			BE Outono 2009	BE Verão 2009	
		2009 ^{III}	2010 ^{III}	2011 ^{III}	2009 ^{III}	2009 ^{III}	2010 ^{III}
Produto Interno Bruto	100.0	-2.7	0.7	1.4	-2.7	-3.5	-0.6
Consumo Privado	66.5	-0.9	1.0	1.6	-0.9	-1.8	-0.6
Consumo Público	20.7	2.0	0.7	1.1	2.1	1.0	0.7
Formação Bruta de Capital Fixo	21.7	-11.7	-3.4	0.9	-13.1	-14.3	-3.8
Procura Interna	109.6	-2.9	0.3	1.4	-3.0	-4.5	-0.7
Exportações	33.0	-12.5	1.7	3.2	-13.1	-17.7	-0.9
Importações	42.5	-10.8	0.3	2.7	-11.7	-17.1	-1.2
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)							
Exportações líquidas		0.5	0.4	-0.1	0.6	1.4	0.2
Procura Interna		-3.2	0.3	1.5	-3.3	-4.9	-0.7
da qual: Variação de Existências		-0.5	0.1	0.0	-0.3	-0.8	0.2
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		-8.2	-9.8	-11.3	-8.6	-8.3	-9.6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		-6.5	-6.8	-7.0	-6.7	-6.5	-6.6
IHPC		-0.9	0.7	1.6	-0.9	-0.5	1.3

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (p) - projectado. Para cada agregado apresenta-se a projecção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. Conforme desenvolvido na Secção 7 deste artigo, as distribuições de probabilidade atribuídas aos valores possíveis do agregado poderão ser assimétricas, pelo que a probabilidade de se observar um valor abaixo desta projecção pode ser diferente da probabilidade de se observar um valor acima.

O sistema bancário Português, uma vez que não estava tão exposto a activos tóxicos, superou a crise melhor que o sistema bancário de economias mais desenvolvidas. No entanto o caminho para o pleno funcionamento do sistema financeiro continua no entanto a ser lento e demorado. A quebra de confiança de clientes e contrapartes, as dificuldades na obtenção de financiamento e de funcionamento do mercado monetário interbancário são factores que irão certamente passar por um processo de recuperação lenta.

O mercado de acções em Portugal foi marcado, ao longo de 2009, por uma falta liquidez e de confiança. A falta de confiança por parte dos investidores, os elevados níveis de incumprimento, o aumento do risco de crédito e do risco de investimento são sintomas que se fazem sentir desde o início da crise financeira em 2007, mas que começam em 2009 a finalmente registar algumas melhorias.

INDICADORES DE CONFIANÇA
PORTUGAL



Fonte: Conselho Europeu

Os incentivos económicos, que são fulcrais para estimular as economias, vão pesando cada vez mais nas contas de cada país e no respectivo défice. O mercado vai expressando volatilidade nos seus negócios, como consequência da conjuntura actual. No entanto, esta volatilidade diminuiu ao longo do ano, embora com algumas oscilações, mas mostrando que o risco do mercado foi baixando, sendo o diferencial de cerca de 7%.

O Psi 20 ao longo do ano de 2009 teve uma evolução positiva, dos 6.438,19 em Janeiro de 2009, passou para 8.463,85 em Dezembro. Este salto é um bom indicador da evolução positiva do mercado accionista português, sentindo-se uma ligeira melhoria económica. Ao longo de 2009 salienta-se uma tendência positiva constante, levando a um diferencial positivo de 2.025,66 pontos. Existe no entanto uma preferência clara por activos menos sensíveis a flutuações de mercado.

Índice PSI-20
i) Valores e Variações

	Dez 2009	Jan 2009	Dez 2008	D mensal	D anual
PSI-20 (fecho)	8.463,85	6.438,19	6.341,34	2,5%	33,5%

ii) Volatilidade

PSI-20	Valores Mensais			Valores Acumulados	
	Dez 2009	Jan 2009	Dez 2008	Jan-Dez 2009	Jan-Dez 2008
Volatilidade (1)	13,95%	21,66%	20,47%	18,43%	32,57%
Máximo(Data)	8.500,55 (30-Dez)	8.579,54 (16-Nov)	6.357,78 (30-Dez)	8.882,69 (19-Out)	12.892,73 (02-Jan)
Mínimo(Data)	8.059,54 (09-Dez)	8.253,96 (30-Nov)	6.021,55 (05-Dez)	5.743,09 (03-Mar)	5.801,76 (27-Out)
Amplitude % (2)	5,47%	3,94%	5,58%	54,67%	122,22%

Legenda: (1) Volatilidade anualizada=desvio-padrão das rendibilidades diárias * 0250

(2) Amplitude % = (Máximo-Mínimo)/Mínimo. O Máximo e o Mínimo são referentes a cotações de fecho.

Fonte: CMVM

Como suporte para análise do mercado bolsista, é importante salientar que as taxas de juro desceram bastante com esta crise. A recessão aqui ilustrada tem um impacto devastador na instabilidade bolsista. Existe também uma baixa pressão inflacionista, o que se mostra sendo outro entrave ao investimento em activos.



Para 2010 espera-se um melhoramento da situação económica no seu geral, o que, combinado com o ambiente de baixas taxas de juro e reduzidas pressões inflacionistas, favorece o investimento em acções. Antecipando uma lenta e gradual recuperação económica é esperado que mercado bolsista mostre uma tendência de subida, também lenta, durante o ano de 2010, embora sempre com elevada volatilidade provocada pelas grandes oscilações de mercado registadas durante os últimos três anos.

Relatório de Gestão

O ano 2009 ficou marcado na Fincor pela mudança de accionista, deixando de integrar o Grupo SLN para, a partir de Setembro de 2009, passar a integrar o Grupo Patris Investimentos, SGPS. Durante o ano de 2009 registou-se ainda a demissão da anterior administração e a tomada de posse, em Maio de 2009, do novo conselho de administração, actualmente em funções.

A primeira missão da nova administração foi a de realizar o processo de transição da Fincor para o universo Patris. Tendo os diversos serviços que compõe a Fincor sido desagregados no passado e prestados centralizadamente dentro do grupo BPN, foi preciso inverter este processo e passar a realizar através de meios próprios da Fincor as operações de tesouraria, registo de operações, controlo de risco, processamento de salários, apoio informático, auditoria interna, instalações e infraestruturas. Este processo ficou concluído em Dezembro de 2009.

Ainda durante o segundo semestre de 2009 apresentava-se o desafio inversão da tendência negativa de resultados verificada nos primeiros 6 meses do ano com o objectivo de estabilizar a situação financeira deficitária da empresa. Através da renegociação de contratos com os principais fornecedores, da reorganização de serviços, funções e colaboradores dentro da empresa e de uma gestão rigorosa foi obtida uma redução de custos em cerca de 30% ainda durante o segundo semestre de 2009. Este esforço permitiu que a Fincor terminasse o ano de 2009 com um resultado negativo de 362.064 euros, muito próximo daquele que se registava a 30 de Junho de 2009, de 445.848 euros negativos, fruto de uma pesada estrutura de custos e um modelo de negócios desajustado da realidade actual do mercado.

Do resultado do exercício, constata-se que metade do capital social se encontra perdido. A administração irá por isso requerer prontamente a convocação de uma Assembleia Geral, a fim de nela se informar o accionista único da situação e de este tomar as medidas que julgue necessárias. Está no entanto em curso um débito ao BPN por cedência de colaboradores entre os anos de 2005 a 2009 por um montante que excede um milhão de euros, pelo que sugerimos aguardar 60 dias antes da tomada de quaisquer medidas com vista à resolução da situação financeira da Fincor.

Por último uma nota sobre as perspectivas da Fincor, onde esperamos que o esforço desenvolvido no segundo semestre de 2009 tenha continuidade no futuro, apoiando-se na equipa forte e motivada que a constitui para se adaptar à nova realidade de mercado, dinamizar as actuais fontes de receitas e alargar o seu modelo de negócio para novas áreas, no sentido de inverter os resultados negativos dos últimos dois anos.

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o prejuízo do exercício, no montante de Euros. 362.442,77, seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, de Abril de 2009

O Conselho de Administração,

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho (Presidente)

Fernando Luís Correia da Silva (Vogal)

Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho (Vogal)

3. ANEXOS

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2009, era a seguinte:

Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2009 nem transaccionou acções da empresa em 2009.

Anexo II

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

1. Accionistas com, pelo menos metade do capital social:
Patris SGPS SA –100 %

Anexo III

BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- a) Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008;
- b) Demonstrações dos resultados individuais referentes aos exercicios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008;
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais para o periodo findo em 31 de Dezembro de 2009;
- d) Demonstração de alterações no capital próprio individual para o periodo findo em 31 de Dezembro de 2009;
- e) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2009.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Av. António Augusto Aguiar, 132, em Lisboa.

A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua actividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efectuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais. Existem neste momento 6 lojas em Portugal.

A Sociedade integra o Patris e é detida directamente em 100%.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

- i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;
- ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Em 2006 a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

1.2. Comparabilidade da informação

As Demonstrações Financeiras em 2008 e 2009 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

e) **Outros activos tangíveis**

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade da Sociedade, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

f) **Activos intangíveis**

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

g) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face nomeadamente, riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade da Fincor, de acordo com o IAS 37 (Nota 9).

h) Benefícios de empregados

Os empregados da Sociedade ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência da Segurança Social.

i) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

A Sociedade considerou para efeitos da estimativa do imposto corrente, os registos contabilísticos elaborados de acordo com as normas da contabilidade ajustadas (NCA), estabelecida pelo Aviso nº. 1/2005 do Banco de Portugal, de acordo com o Artº. 57 da Lei nº 53-A/2006.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Caixa	1	-
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	-	-
	<u>1</u>	<u>-</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	223	1.211
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	19	203
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	267	-
	<u>509</u>	<u>1.414</u>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do tesouro	40	1	-	-	-	-	41
	<u>40</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41</u>

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do tesouro	25	1	1	-	1	-	27
	<u>25</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>27</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Participação efectiva (%)	31-12-2009					Imparidade	Valor de balanço
		Custo de aquisição	Reserva de justo valor					
			Positiva	Negativa	Total			
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5,0	5	-	-	-	-	5	
		<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	

	Participação efectiva (%)	31-12-2008					Imparidade	Valor de balanço
		Custo de aquisição	Reserva de justo valor					
			Positiva	Negativa	Total			
Empreendimentos conjuntos								
BPN Serviços ACE	5,0	5	-	-	-	-	5	
		<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2008				31-12-2009			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Amortizações do período	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	
Activos tangíveis								
Imóveis								
Despesas em edifícios arrendados	170	(170)	-	2	-	172	(170)	
	<u>170</u>	<u>(170)</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>172</u>	<u>(170)</u>	
Equipamento								
Mobiliário e material	131	(131)	-	8	-	139	(131)	
Máquinas e ferramentas	36	(36)	-	1	-	37	(36)	
Equipamento informático	500	(500)	-	1	-	501	(500)	
Instalações interiores	319	(316)	3	28	(4)	347	(320)	
Material de transporte	5	(5)	-	5	(1)	10	(6)	
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	-	11	(11)	
Outro equipamento	3	(3)	-	-	-	3	(3)	
	<u>1.005</u>	<u>(1.002)</u>	<u>3</u>	<u>43</u>	<u>(5)</u>	<u>1.048</u>	<u>(1.007)</u>	
Outros activos fixos tangíveis								
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	-	126	(126)	
	<u>126</u>	<u>(126)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126</u>	<u>(126)</u>	
	<u>1.301</u>	<u>(1.298)</u>	<u>3</u>	<u>45</u>	<u>(5)</u>	<u>1.348</u>	<u>(1.303)</u>	
Activos intangíveis								
Software	12	(2)	10	16	(6)	28	(8)	
	<u>12</u>	<u>(2)</u>	<u>10</u>	<u>16</u>	<u>(6)</u>	<u>28</u>	<u>(8)</u>	
Total	<u>1.313</u>	<u>(1.300)</u>	<u>13</u>	<u>61</u>	<u>(10)</u>	<u>1.374</u>	<u>(1.311)</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	<u>74</u>	<u>70</u>
	<u>74</u>	<u>70</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	<u>121</u>	<u>-</u>
	<u>121</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

8. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Operações de bolsa por regularizar	11.947	8.301
Devedores diversos	300	625
Receitas com rendimento diferido	221	-
Valores vencidos	145	145
Despesas com custo diferido	28	17
	<u>12.641</u>	<u>9.088</u>
Provisões para valores vencidos (nota 9)	(144)	(144)
	<u>12.497</u>	<u>8.944</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 os valores vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

Entre um ano e três anos	0
Mais de três anos	144

9. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2008	Dotações	Anulações e Reposições	Utilizações	Transferências NCA's	Diferenças cambiais	31-12-2009
Provisões para devedores							
Devedores vencidos	144	-	-	-	-	-	144
	<u>144</u>	-	-	-	-	-	<u>144</u>
Riscos Gerais de Crédito							
Para outros riscos e encargos	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	<u>144</u>	-	-	-	-	-	<u>144</u>

10. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Empréstimos Subordinados		
Fincor SGPS, S.A.	424	424
	<u>424</u>	<u>424</u>

O montante registado na rubrica de "Outros Passivos Subordinados" é referente a suprimentos de capital efectuados pela Fincor SGPS, S.A.

As condições destes passivos subordinados são as seguintes:

- Não remunerados;
- Sem prazo;
- Apenas reembolsáveis se a estrutura de capitais próprios assim o justificar, sendo necessário um acordo prévio do Banco de Portugal;
- Cláusula de subordinação (apenas são liquidados, após cumprimento de todas as responsabilidades perante credores comuns e subordinados);
- Possibilidade de conversão em capital, caso o accionista assim o entenda; e
- Em caso de prejuízos, o capital em dívida pode ser utilizado, permitindo a continuidade da actividade.

11. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Credores diversos	648	471
Outros encargos a pagar	73	98
Operações de bolsa a regularizar	11.978	8.929
	<u>12.699</u>	<u>9.498</u>

12. CAPITAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital da Fincor ascendia a 1.300 mEuros integralmente subscrito e realizado pelo seguinte accionista:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	% de Participação	Montante
Patris, SA	100%	1.300

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização	1	1
Reservas por impostos diferidos	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	<u>1</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Reservas		
Reserva legal	170	170
Resultados transitados	<u>(920)</u>	<u>(227)</u>
	<u>(750)</u>	<u>(57)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(363)</u>	<u>(693)</u>
	<u>(1.113)</u>	<u>(750)</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efectuada no âmbito da aplicação das NCA's.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avals		
Activos dados em garantia	-	26
	<u>-</u>	<u>26</u>
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e Guarda de Valores	1.543	1.535
	<u>1.543</u>	<u>1.535</u>
Serviços prestados por terceiros		
Depósito e Guarda de Valores	1.543	1.535
	<u>1.543</u>	<u>1.535</u>

Garantias prestadas

As Obrigações do Tesouro existentes em carteira, no valor de 26 mEuros, encontram-se dadas em penhor a favor do Sistema de Indemnização de Investidores, de acordo com o disposto no regulamento da CMVM nº 2/2000.

14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	3	1
	<u>3</u>	<u>1</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Por operações realizadas por conta de terceiros sobre títulos	633	1.912
Outras comissões recebidas	2	3
	<u>635</u>	<u>1.915</u>

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	-	180
Outras comissões pagas	-	-
	<u>-</u>	<u>180</u>

17. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2009 têm a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação:			
Instrumentos de dívida	-	-	-
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2008 apresentavam a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação:			
Instrumentos de dívida	2	-	2
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

18. RESULTADOS DE OUTROS ACTIVOS

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2009 têm a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Reavaliação cambial	21	(20)	1
Activos tangíveis	-	-	-
	<u>21</u>	<u>(20)</u>	<u>1</u>

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2008 apresentavam a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Reavaliação cambial	106	(116)	(10)
Activos tangíveis	-	(1)	(1)
	<u>106</u>	<u>(117)</u>	<u>(11)</u>

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	484	109
	<u>484</u>	<u>109</u>
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(51)	(27)
	<u>(51)</u>	<u>(27)</u>
	<u>433</u>	<u>82</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	38	133
Empregados	358	425
	<u>396</u>	<u>558</u>
Encargos sociais obrigatórios	93	122
Outros custos com pessoal	5	4
Indemnizações contratuais	52	-
	<u>546</u>	<u>684</u>

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante os exercícios de 2009 e 2008, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Funções de direcção	1	1
Funções técnicas e específicas	9	9
Funções administrativas	7	7
	<u>17</u>	<u>17</u>

No final de Outubro de 2009 a Fincor ficou reduzida a 7 administrativos ficando os restantes funcionários ligados ao Banco BPN, cessando assim as suas funções na Fincor.

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
Honorários e avenças	13	17
Comunicações	393	385
Publicidade e edição de publicações	-	-
Rendas e alugueres	118	86
Fornecimentos	2	4
Deslocações, estadas e representação	4	8
Seguros	1	1
Conservação	4	2
Outros	464	1.297
	<u>999</u>	<u>1.800</u>

22. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede	Participação efectiva
Empresas que directa ou indirectamente controlam a Sociedade Fincor SGPS, S.A.	Avenida António Augusto Aguiar, 132, em Lisboa	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Fincor no corrente ano não teve qualquer relação comerciais com entidades relacionadas; Empresas do grupo, accionistas, empresas em que os membros do Conselho de Administração exerçam influência significativa

23. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	Valorizadas ao justo valor	Não valorizadas ao justo valor	Total
Activo			
Activos financeiros disponíveis para venda	41	-	41
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	5	5

Em 31 de Dezembro de 2009, o justo valor de activos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

	Custo aquisição	Juros corridos	Vallas	Justo valor
Activo				
Activos financeiros disponíveis para venda	40	1	-	41
	<u>40</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>41</u>

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados foram baseados em cotações em mercado activo dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. O valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	Metodologia de apuramento ao justo valor		
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização	Total
Activo			
Activos financeiros disponíveis para venda	41	-	-
	<u>41</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

24. GESTÃO DE RISCOS:

A função de Gestão de riscos não é desempenhada de forma independente, uma vez que dada a sua dimensão e número de colaboradores, é aplicável à Fincor Corretora SA, o previsto nº 5 do artigo nº16 do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Apresentamos uma breve descrição dos controlos existentes para garantir a eficácia do sistema de gestão de riscos.

24.1 Risco de Crédito

Na Fincor Corretora o risco de crédito é reduzido, atendendo a que a legislação específica para este tipo de sociedades, não permite a concessão de crédito. No entanto também existe risco de crédito para todos os saldos devedores, nomeadamente os saldos de disponibilidades existentes em instituições de crédito. A empresa definiu como estratégia para mitigar esses riscos, escolher sempre instituições com credibilidade e bom rating, e um controlo rigoroso que a Área de Back Office faz das reconciliações bancárias. São também efectuadas análises a todos os outros saldos devedores e respectiva evolução pela Área de Contabilidade para neutralizar qualquer eventual risco.

24.2 Risco de Mercado

O risco de mercado da sociedade, derivado da evolução dos mercados de capitais, só tem reflexos na cobrança das comissões de corretagem, já que a sociedade não tem carteira própria. Existem apenas aplicações em Obrigações do Tesouro, a que a sociedade é obrigada, no estrito cumprimento do Sistema de Indemnização aos Investidores, situação em que o risco é no entanto mínimo. Mesmo a evolução dos mercados pode ter impactos imprevisíveis na cobrança das comissões, já que mesmo em situações em que o risco de mercado para os investidores seja elevado, poderão existir impactos positivos em termos de volume de corretagens.

24.3. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro, face à actividade desenvolvida pela sociedade, não é materialmente relevante já que tem impacto apenas em algumas aplicações financeiras da sociedade (Obrigações do Tesouro existentes devido ao Sistema de Indemnização aos Investidores).

24.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez da sociedade é controlado quer através de análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias as quais são efectuadas diariamente, garantindo que não surgem quaisquer problemas. Atendendo ao objecto social da sociedade e as imposições legais em matéria de requisitos mínimos de fundos próprios, não existem situações de falta de liquidez.

24.5 Risco de Taxa de Câmbio

O risco de Taxa de Câmbio é relativamente reduzido. Existem contas de disponibilidades expressas em várias moedas para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas. Os seus montantes são convertidos com regularidade para euros para evitar o risco de taxa de câmbio. Os pagamentos de taxas de bolsa nos mercados referidos são também efectuados através das mesmas contas. Os montantes expressos nessas moedas são por isso sempre reduzidos, para mitigar o risco taxa de câmbio.

25. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Decorrente de processos judiciais em curso contra a sociedade existe um limite máximo de responsabilidade contingente de cerca de 30 milhares de euros, correspondentes aos valores pedidos ou a pedir no âmbito dos mesmos, e em relação às acções em curso.

É convicção da actual Administração da empresa que, se dos processos em curso advirem quaisquer responsabilidades para a sociedade, estas serão em valor significativamente inferior aos valores das acções em curso, bem como a expectativa de resultados futuros positivos permitirá cobrir qualquer perda.

Por razões prudenciais e como o processo ainda se encontra em curso a Fincor registou nas contas do exercício o montante de 30 mil euros para fazer face a qualquer eventualidade.

ANEXO I

Natureza e espécie Activos Financeiros disponíveis para venda	País Emissor	Moeda	Quantidade	Cotação unitária (%)	Juros a receber	Valias com impacto em reservas	Valor de Balanço	Data de vencimento	Taxa de juro
Instrumentos de Dívida Emitidos por Residentes Obrigações do tesouro OT - Maio 2010	Portugal	EUR	1.898.800	104,35	1	1	21	Mai-10	5,85%
					1	1	21		

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista Único da Fincor – Sociedade Corretora, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

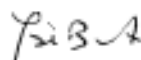
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2009 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 4 uma reserva e nos parágrafos 6 e 7 duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 e após considerado o descrito nos parágrafos 6 e 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de Abril de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 13.311 mEuros e capitais próprios de 187 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 363 mEuros, as Demonstrações dos resultados e do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios, e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Outros activos" inclui 221 mEuros relativos a valores a debitar ao Grupo Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN") no âmbito da cedência de colaboradores em regime de exclusividade a esta instituição bancária, no período compreendido entre Agosto e Novembro de 2009. Este activo foi reconhecido em 2009 por contrapartida da rubrica "Outros rendimentos de exploração". Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Credores diversos" inclui 342 mEuros referentes aos valores a liquidar pela Sociedade relativamente aos serviços prestados por uma entidade do Grupo BPN, o BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, A.C.E. (BPN ACE). Atendendo a que:
- i) se encontram em curso negociações com o Grupo BPN com vista à saída da Sociedade do BPN ACE, incluindo negociações relativas às cedências de pessoal realizadas em 2009 e em anos anteriores;
 - ii) o Conselho de Administração estima o reconhecimento em 2010 de proveitos adicionais relativos a cedências de pessoal ocorridas até Agosto de 2009, mas ainda não quantificadas;
 - iii) a resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e transacções do BPN é discordante face aos registos contabilísticos da Sociedade, não tendo sido preparada uma reconciliação;
 - iv) não obtivemos a resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e transacções ao BPN ACE; e
 - v) a recuperabilidade do activo por impostos diferidos no montante de 121 mEuros depende da concretização das projecções de resultados futuros, as quais preveem crescimentos significativos dos proveitos e a redução dos custos, e do desfecho das negociações acima referidas

não nos foi possível concluir quanto ao potencial impacto destas matérias nas demonstrações financeiras anexas.

Opinião

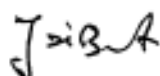
5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fincor – Sociedade Corretora, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfases

6. As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentam capitais próprios de 187 mEuros, situação que determina a aplicação das disposições do nº1 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração entende que em 2010 serão obtidos proveitos associados às negociações descritas no parágrafo 4 acima que irão permitir a recapitalização da Sociedade. Adicionalmente, caso as expectativas quanto aos proveitos anteriormente referidos não se concretizem, a Patris Investimentos, SGPS, S.A., accionista único da Sociedade, assumiu o compromisso perante o Banco de Portugal de continuar a apoiar economicamente a Sociedade, tendo já manifestado o seu acordo a um aumento de capital ou solução equivalente.

7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 são apresentadas pela Sociedade para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Atendendo a que apenas fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Sociedade em 31 de Dezembro de 2009, não examinámos as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2008, e, consequentemente, não expressamos qualquer opinião sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Lisboa, 15 de Abril de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata